



Luta de classes e catástrofe climática no Sahel



Dossiê n° 99

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

Abril de 2026

As imagens deste dossiê, fotografadas por Pedro Stropasolas em 2025 para a reportagem do *Brasil de Fato*, *Como Burkina Faso está vencendo o deserto com agroecologia*, retratam trabalhadoras da Associação de Mulheres Watinoma, em Burkina Faso.¹

Por meio dessas imagens, com as paisagens editadas, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social evidencia os esforços coletivos dessas trabalhadoras para recuperar e regenerar a terra. Essas fotografias testemunham não apenas o trabalho cotidiano, mas também a solidariedade, o conhecimento e a esperança obstinada que o tornam possível.

1 A matéria completa com as fotografias originais está disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/11/08/entenda-como-a-agroecologia-e-um-dos-pilares-da-revolucao-agricola-em-burkina-faso/>.

Luta de classes e catástrofe climática no Sahel



Dossiê nº 99 | Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Abril de 2026



Em Koubri, cerca de 40 quilômetros de Uagadugu, capital de Burkina Faso, o canto marca o início do trabalho diário das 30 mulheres da Associação Feminina de Watinoma.

Desde a era colonial, os conflitos na África têm sido explicados por todas as categorias imagináveis — antagonismo tribal, ódio étnico, extremismo religioso, falhas de governança, pressão populacional e escassez de recursos, para citar algumas —, exceto por aquela que está na base de todas elas: classe. Embora essas categorias, sem dúvida, moldem as contradições da África, elas não podem ser explicadas sem uma avaliação das relações de produção. Cada período da história pós-colonial da África produziu novas explicações que compartilham uma característica em comum: o apagamento sistemático de como a extração imperial e a exploração de classe organizam a violência e reproduzem a instabilidade.

Muitos, incluindo setores no interior das lutas anticoloniais, insistiram que as categorias de análise de classe e luta de classes não se aplicam à África porque uma sociedade baseada em classes não teria se formado no continente. Há cinquenta anos, o livro *Class Struggles in Tanzania*, de Issa Shivji, apresentou dois argumentos principais que contestaram essa tese:

1. As relações capitalistas de produção no continente africano dividiram as populações em classes, remodelando outras relações sociais — étnicas, de parentesco, comunitárias — por meio das pressões da formação de classes.
2. Portanto, classe social, enquanto categoria, é analiticamente necessária para compreender a realidade africana (Shivji, 2025).

Em *Salvadores e Sobreviventes*, Mahmood Mamdani (2009) argumentou que a guerra em Darfur não pode ser compreendida sem considerar a reorganização colonial da terra e da identidade política, particularmente a divisão entre tribos com pátrias reconhecidas (*dars*) e aquelas sem. Ele mostrou como essas divisões, combinadas com a desertificação e a intensificação da competição por recursos, exacerbaram as tensões de classe e a violência, especialmente à medida que a região do Sahel se tornava cada vez mais árida.²

Embora as mudanças climáticas desempenhem um papel inegável nas transformações da região, a estrutura dominante de “conflito climático” rotineiramente — e de maneira falsa — enquadra a escassez de recursos impulsionada pelo clima como a raiz da violência e da instabilidade no Sahel.

A arquitetura institucional da estrutura do “conflito climático” consolidou-se na década de 2010. O relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente *Segurança de subsistência: mudanças climáticas, migração e conflito no Sahel* identificou as mudanças climáticas como um “multiplicador de ameaças” que impulsiona o conflito entre agricultores e pastores, enquanto o debate do Conselho de Segurança da ONU em 2018 sobre os riscos de segurança relacionados ao clima o posicionou como uma ameaça que exige resposta militar (Pnuma, 2011; Conselho de Segurança da ONU, 2018). Esse discurso sobre o “nexo clima-segurança” emergiu durante um

2 Para um ensaio excelente que critica o uso do tribalismo como marco para entender a política queniana, ver Nyong’o & Karugu (2023). A crítica clássica pode ser encontrada em Mafeje (1971).

período marcado pela crise financeira global de 2008, pela destruição da Líbia pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em 2011 e pela subsequente militarização do Sahel por meio da expansão da presença militar dos EUA e da França — *contexto que a própria estrutura omite sistematicamente.*

Luta de classes e catástrofe climática no Sahel argumenta que os conflitos crescentes na região só podem ser compreendidos se forem analisados com base na luta de classes, visto que operam dentro da economia política da extração imperialista: a catástrofe climática é um *acelerador* que intensifica contradições preexistentes — e não a sua *causa raiz*. A segunda parte do dossiê analisa detalhadamente os casos do Mali e do Sudão como exemplos dessas mudanças no Sahel.



Parte I: A dessecação do Sahel e seu impacto político

A catástrofe climática

A palavra árabe *ṣaḥrā'* significa “deserto”, ou seja, um lugar árido com pouca chuva. No entanto, esse é um termo enganoso. Houve longos períodos, influenciados por mudanças na órbita da Terra e pela insolação solar,³ em que o Saara experimentou fases pluviais. Um desses períodos, conhecido como “Saara Verde” ou “Período Úmido Africano”, abrangeu o final da última Era Glacial e o início do Holoceno, entre 14.800 e 5.500 anos atrás, quando lagos, rios, pastagens e savanas, bem como vegetação densa, estavam presentes no Saara e ao longo da borda sul do Sahel (termo oriundo da palavra árabe *sāḥil*, para “costa” ou “margem”). Nessa época, as sociedades se organizavam em torno do pastoralismo comunitário (rebanho nômade com acesso compartilhado à água e pastagens), adaptando-se às oscilações climáticas por meio da coordenação coletiva de movimentos, em vez de depender do controle privatizado de recursos (Adkins *et al.*, 2000). Do século XVI ao XVIII, partes da franja do Sahel-Saara voltaram a experimentar condições úmidas, antes

3 A insolação solar refere-se à quantidade de energia solar recebida por uma região, que varia devido à inclinação axial da Terra e às variações orbitais, influenciando os padrões de temperatura e precipitação.

de entrarem em um longo ciclo de aridez no século XX (Spinage, 2012).

Embora essas “mudanças de regime”, como denominam os cientistas climáticos, tenham uma tendência de ocorrer de forma relativamente abrupta, seu ritmo nas últimas décadas acelerou muito mais rapidamente do que qualquer situação que o planeta tenha experimentado em períodos anteriores (Foley *et al.*, 2003). De acordo com a avaliação das terras secas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (Ifad, na sigla em inglês) das Nações Unidas, nos últimos 30 anos a zona ecológica do Sahel deslocou-se de 50 a 200 quilômetros para o sul, levando a grandes perdas de biodiversidade e terras aráveis (Ifad, 2024). Embora o Período Úmido Africano seja geralmente considerado como tendo terminado “rapidamente” em termos paleoclimáticos, biomarcadores de cera vegetal de alta resolução e reconstruções do nível de lagos (registros de núcleos de sedimentos de granulação fina sobre mudanças passadas na precipitação e no balanço hídrico) mostram que a principal transição de condições úmidas para áridas abrangeu vários séculos, não décadas (Collins *et al.*, 2017). “O passado”, como argumenta um artigo científico, “não é o futuro” (Claussen *et al.*, 2003).⁴

No Sahel, o recente aquecimento antropogênico (induzido pelo ser humano) e as consequentes alterações nos padrões de precipitação ao longo de várias décadas estão ocorrendo em taxas sem precedentes

4 Ver também: Lézine, 2011.

claros no registro do Holoceno.⁵ Estudos recentes mostram que o Sahel aqueceu cerca de 1,5 vez mais rápido que a média global nas últimas décadas, apesar de contribuir com menos de 1% das emissões globais de gases de efeito estufa (por exemplo, a África foi responsável por menos de 3% das emissões globais cumulativas de CO₂ entre 1750 e 2021, enquanto a África Subsaariana, excluindo a África do Sul, contribuiu com apenas 0,6%). Em contraste, os Estados Unidos, que estão aquecendo a uma taxa semelhante (1,6 vez mais rápido que a média global), são responsáveis por 25% das emissões globais (Eboime *et al.*, 2025; Ritchie, 2023). O sexto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (2023) confirma com “alta confiança” que: 1) a temperatura da África aumentou mais rapidamente do que a de qualquer outra região do mundo; 2) o aquecimento contínuo acelerará as temperaturas extremas e, principalmente; 3) que “as mudanças climáticas induzidas pelo ser humano [têm sido] o principal fator” (IPCC, 2021).

Essas descobertas não são novas. Um artigo científico de 2001, por exemplo, mostrou que o Sahel “fornece o exemplo mais dramático em todo o mundo de variabilidade climática medida direta

5 O Grupo de Trabalho 1 do AR6 do IPCC (2021) conclui que as taxas de aquecimento atuais não têm precedentes nos últimos 2 mil anos pelo menos. Especificamente no Sahel, as secas que começaram no final da década de 1960 e persistiram até a década de 1980 foram “o exemplo mais dramático em todo o mundo de variabilidade climática que foi medida direta e quantitativamente”. Em comparação, o fim do Período Úmido Africano — a mudança de regime mais significativa do Holoceno na região — ocorreu ao longo de centenas a milhares de anos, embora tenha incluído subepisódios abruptos de décadas. Ver Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, 2021; Hulme, 2011; Collins *et al.*, 2017); Foley *et al.*, 2003; Trauth *et al.*, 2024.

e quantitativamente” (Hulme, 2001). Entre o início da década de 1980 e o final da década de 1990, a região do Sahel registrou um aumento nas chuvas e na vegetação, recuperando-se da severa seca das duas décadas anteriores. No entanto, a partir de 1999, as tendências de crescimento se estabilizaram (Chen *et al.*, 2020). Embora estudos anteriores tenham sugerido que as severas secas que ocorreram do final da década de 1960 até a década de 1980 foram causadas pelo desmatamento — o que ainda é uma preocupação —, dados e análises mais precisos mostram que a variabilidade das chuvas no Sahel é causada pelo aumento da temperatura da superfície do mar no Mediterrâneo, no Atlântico Norte e nos oceanos tropicais. Em outras palavras, essa variabilidade se deve às tendências gerais do aquecimento antropogênico, em grande parte resultado das emissões industriais de gases de efeito estufa do Ocidente (Park *et al.*, 2016). Futuras mudanças climáticas, incluindo aquelas influenciadas por alterações oceânicas, podem facilmente reverter ou desestabilizar ainda mais esse frágil equilíbrio no Sahel.⁶

Os padrões climáticos oscilantes no Sahel também causaram problemas no lençol freático, alimentando conflitos entre diferentes comunidades. Análises estatísticas de longo prazo dos padrões climáticos mostraram uma forte recuperação após as secas, seguida de uma estabilização, indicando que não houve uma recuperação permanente. Essa estabilização também é amplamente atribuída ao aumento da temperatura da superfície do mar, impulsionado pelas emissões industriais globais concentradas no Norte Global (Chen,

6 No entanto, uma crença não científica na dessecação permanente é igualmente prejudicial. Ver Gangeron *et al.*, 2022.



Em um terreno de mais de dois hectares, cerca de 30 mulheres cultivam alimentos com práticas agroecológicas que abastecem suas famílias, além de escolas e mercados locais da região de Koumbri.

2019; Saley & Salack, 2023; Salack *et al.*, 2018). Utilizando o Índice de Precipitação do Sahel, derivado de observações pluviométricas, esses estudos mostram que o que mudou foi a *natureza* da precipitação: as chuvas agora são mais intensas, porém intermitentes, resultando em padrões climáticos mais extremos, incluindo tanto inundações quanto secas.

A catástrofe social e econômica

Com as temperaturas no Sahel subindo 1,5 vez mais rápido que a média global, a agricultura e o pastoralismo têm sofrido forte pressão (Doblas-Reyes *et al.*, 2021). Uma alta correlação foi documentada entre a disponibilidade de chuvas no Sahel e a produtividade de culturas básicas de que contam exclusivamente com a água da chuva, como o milho e o sorgo (Sultan & Gaetani, 2016). Há fortes evidências científicas de que os pastores no Sahel enfrentam uma diminuição na disponibilidade de pastagens devido ao aquecimento global e ao atraso das chuvas. Como resultado, eles precisam migrar por distâncias maiores, muitas vezes para territórios de pastagem desconhecidos. Pesquisas recentes sobre o pastoralismo no Sahel mostram que o aumento das temperaturas, as chuvas irregulares e a degradação do solo estão reduzindo as áreas de pastagem acessíveis e forçando os pastores a estender sua mobilidade sazonal. Uma síntese de 2025 sobre clima e meios de subsistência pastoris observa que, no Sahel, a redução da disponibilidade de pastagens devido ao aquecimento global e às chuvas irregulares está estimulando os pastores a migrações forçadas mais longas por territórios desconhecidos em busca de pastagens e fontes de água cada vez mais

escassas, remodelando assim os calendários e rotas tradicionais de transumância (os corredores habituais ou demarcados usados para os movimentos sazonais de gado entre áreas de pastagem e pontos de água) (Awazi, 2025, p. 85). Estudos anteriores da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) documentaram de forma semelhante que a redução da disponibilidade de pastagens exigiu deslocamentos de maior distância e duração, com as rotas dos rebanhos se movendo para o sul, em direção a zonas mais úmidas e frequentemente desconhecidas (Ickowicz *et al.*, 2012, p. 269).

Essa intensificação da mobilidade torna-se catastrófica não porque a mobilidade em si seja inerentemente prejudicial, mas porque os regimes de posse de terras coloniais e pós-coloniais desmantelaram as proteções legais para os corredores de transumância, o desenvolvimento pós-independência priorizou a agricultura sedentária e, a partir da década de 1980, décadas de ajuste estrutural corroeram a regulamentação pública da terra e da água (Instituto Tricontinental, 2023). Nessas condições, a mobilidade induzida pelo clima expõe cada vez mais os pastores mais pobres ao cercamento de terras, à extração de rendas, à criminalização e à violência, convertendo um estresse ecológico em uma crise de reprodução mediada por classes sociais.

Essas dinâmicas não são abstratas; suas consequências foram sentidas com maior intensidade nos corpos dos jovens. As secas do final da década de 1960 até a década de 1980, e os choques climáticos e ambientais que elas produziram, resultaram em graves crises alimentares e fome (Mortimore, 2010; Assaf *et al.*, 2014). Pesquisas sobre

clima e sistemas alimentares mostram que, mesmo quando as chuvas e as colheitas se recuperam, a deterioração da saúde das crianças a longo prazo tem sido drástica. Um estudo, por exemplo, relaciona o aumento das temperaturas, a diminuição das chuvas — bem como sua maior variabilidade — e a quebra das estações do ano ao baixo peso ao nascer e ao atraso no crescimento infantil, impulsionados por uma combinação de estresse térmico intrauterino e desnutrição resultante de repetidas perdas de colheitas e criações de animais. Onde predominam a agricultura de subsistência e a agricultura familiar, as perdas sazonais crônicas se traduzem diretamente em *déficits* de saúde duradouros (Davenport *et al.*, 2017; Grace *et al.*, 2015, 2018). Essa correlação entre a variabilidade climática e a saúde infantil reflete como os programas de ajuste estrutural (PAEs) do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) eliminaram as reservas de grãos, os insumos subsidiados e os serviços de extensão rural que antes protegiam contra as quebras de safra, ao mesmo tempo que impuseram uma agricultura de exportação que prioriza os mercados europeus em detrimento da segurança alimentar local.

Com a intensificação das mudanças climáticas, a crise da fome tem sido gradualmente acompanhada pela crise das doenças, levando a uma catástrofe política na região. Por exemplo, o foco epidêmico da malária deslocou-se para o norte, em direção à zona de transição entre o Sahel e o Sudão, com aumento das taxas de mortalidade entre crianças que não possuem imunidade à malária e outras doenças associadas (Caminade *et al.*, 2014). Enquanto isso, houve uma intensificação das rebeliões tuaregues (*Amazigh*) no norte do Mali e do Níger, enraizadas em antigas queixas contra o Estado; das

rebeliões islamistas resultantes da destruição da Líbia pelas mãos da Otan; e das tensões entre pastores e agricultores sedentários. Da insegurança alimentar aos surtos de doenças, a região mergulhou em conflitos violentos, provocando migração interna e transfronteiriça, bem como deslocamento em massa e rápida urbanização (Cattaneo & Massetti, 2015; Conte, 2023; Henderson *et al.*, 2015).

A catástrofe política

Com a intensificação das secas, a irregularidade das chuvas e o colapso dos meios de subsistência agrários e pastoris, toda a ordem social e política passa a ser remodelada. O rareamento das pastagens e a redução das fontes de água têm levado agricultores e pastores a confrontos cada vez mais violentos. À medida que as rotas de pastoreio secam e os poços falham, os pastores são forçados a avançar cada vez mais sobre as terras agrícolas, enquanto os agricultores — enfrentando o declínio de suas próprias colheitas — tornam-se menos dispostos a acomodar rebanhos nômades na ausência de uma mediação eficaz. Essa intensificação da competição não ocorre isoladamente: as mudanças nos padrões climáticos tornam os recursos vitais mais escassos em regimes fundiários moldados pela desapropriação colonial, pela tendência do Estado pós-colonial de favorecer a agricultura sedentária e pela erosão da regulamentação pública (Benjaminsen, 2016).

Essas tensões localizadas se intensificam em crises nacionais precisamente porque os Estados do Sahel — enfraquecidos por décadas de marginalização, desenvolvimento desigual e reestruturação

econômica imposta externamente — não têm capacidade para lidar com essas pressões. Em regiões periféricas como o norte do Mali, Níger e Chade — onde a presença do Estado tem sido mínima há muito tempo —, os choques climáticos interagem com o subinvestimento crônico, corroendo ainda mais a já frágil capacidade estatal. A incapacidade do Estado de fornecer acesso à água, gerir pastagens e proteger a população da violência durante períodos de seca mina sua legitimidade, aprofunda o ressentimento e acelera a fragmentação política, instrumentalizando identidades religiosas e étnicas (Buhaug & Uexkull, 2021). Esse vácuo de autoridade, moldado pelo recuo do Estado e pela negligência política, oferece terreno fértil para grupos armados, particularmente sob as condições criadas pelo estresse ecológico. Movimentos insurgentes, desde redes jihadistas do Sahel até o Boko Haram, aprenderam a explorar a crise ecológica como uma oportunidade para expansão política. Quando as pessoas perdem gado, plantações ou renda devido à seca, tornam-se mais vulneráveis ao recrutamento — não porque essa ideologia se torne repentinamente irresistível, mas porque os grupos armados oferecem uma aparência de sustento, proteção e resolução de conflitos. Estudos realizados no Quênia, Mali e norte da Nigéria mostram que o colapso dos meios de subsistência induzido pelas mudanças climáticas aumenta a probabilidade de jovens se juntarem a grupos armados, com evidências da Nigéria demonstrando picos de recrutamento em regiões afetadas pela seca (Zougmore *et al.*, 2011). A crise climática, portanto, remodela o campo de batalha político: grupos armados entram em cena onde o Estado recua, muitas vezes fornecendo acesso à água, arbitrando conflitos locais ou distribuindo os espólios — funções que podem mimetizar a governança.

Contudo, o colapso de mecanismos de adaptação de longa data não é apenas institucional, mas também cultural e político. Os povos do Sahel desenvolveram, ao longo de muito tempo, sistemas complexos de conhecimento para interpretar os ciclos ecológicos, prever as chuvas e coordenar os movimentos dos rebanhos em vastos e inóspitos territórios. Esses não eram meros costumes; eram formas de governança enraizadas em rituais, obrigações sociais e acordos intercomunitários. A volatilidade climática desestabilizou esses sistemas de conhecimento, cujo funcionamento dependia de ritmos ecológicos relativamente previsíveis. As chuvas irregulares tornam os calendários agrícolas autóctones pouco confiáveis, enquanto os ciclos de pastoreio interrompidos forçam os pastores a abandonar rotas migratórias ancestrais (Carney, 1993; Nébié *et al.*, 2024). À medida que essas tecnologias culturais se desfazem, as comunidades perdem a capacidade de autorregular o uso de recursos, criando mais oportunidades para conflitos e deslegitimando ainda mais tanto as autoridades tradicionais quanto as instituições estatais.

Mulheres e meninas estão no centro desta crise climática e política interligada, embora suas experiências sejam frequentemente classificadas erroneamente como sociais em vez de políticas. À medida que a água e a lenha se tornam mais escassas, as mulheres precisam caminhar distâncias maiores diariamente, reduzindo o tempo disponível para participação econômica ou cívica (Cools & Kotsdam, 2017). Os impactos climáticos podem levar as famílias a tirar as meninas da escola ou a forçá-las a casamentos precoces — um retrocesso que enfraquece ainda mais os alicerces sociais da participação democrática e da igualdade de gênero. Há também evidências de que o estresse econômico causado pela seca está correlacionado ao

aumento da violência doméstica (Benjaminsen & Ba, 2021). Essas pressões restringem a atuação política das mulheres e sua capacidade de participar da tomada de decisões comunitárias, da construção da paz ou da governança local. As mudanças climáticas, portanto, não estão apenas remodelando as paisagens físicas, mas também reduzindo o espaço político para metade da população.

Em conjunto, as dinâmicas descritas acima — conflitos por recursos, erosão da autoridade estatal, expansão de grupos armados, colapso de sistemas de governança não estatais e redução da capacidade política das mulheres — formam uma crise política interligada, na qual o estresse climático intensifica contradições enraizadas na intervenção imperialista, no desenvolvimento desigual e no enfraquecimento das instituições públicas e comunitárias. As mudanças climáticas não operam como um choque externo, mas como uma força que reorganiza o poder, remodelando as lutas por terra, mobilidade e autoridade em todo o Sahel. Esses processos não se desenrolam uniformemente em toda a região; são mediados por histórias nacionais, trajetórias estatais e escolhas políticas. Para entender como a crise climática se torna uma crise política na prática, é necessário, portanto, examinar essas dinâmicas no contexto de países específicos. A menos que a justiça climática, a adaptação equitativa e o fortalecimento das instituições sociais sejam colocados no centro da estratégia política da região, a espiral descendente continuará, transformando o choque climático em convulsão política e a degradação ambiental em colapso estatal.



O cultivo de milho orgânico tornou-se parte da resistência camponesa à expansão das sementes geneticamente modificadas em Burkina Faso, um movimento impulsionado em defesa da soberania alimentar.

Parte II: Mali e Sudão

Mali

Antes da invasão francesa da região da Curva do Rio Níger na década de 1890, as sociedades da África Ocidental já haviam desenvolvido sistemas para governar a terra, a água e a mobilidade pastoral. No Mali, manuscritos de Timbuktu, produzidos entre os séculos XV e XIX, vinculavam a legitimidade política à proteção dos meios de subsistência, combinando o raciocínio jurídico com a observação astronômica para antecipar as chuvas e inundações sazonais.⁷ O Império Macina (1818-1862) formalizou posteriormente essa abordagem por meio do *dina* (um código legal abrangente que regulamentava o uso da vasta planície aluvial sazonal do Rio Níger — o Delta Interior do Níger — entre pastores fulani, agricultores dogon

7 O Tratado de *Maghili sobre Política* (c. 1450-1504) articula princípios que vinculam a legitimidade política à proteção dos meios de subsistência agrários e pastoris, bem como proibem a apropriação arbitrária de terras e a monopolização de poços. *Méritos Benditos do Artesanato e da Agricultura* (c. 1500-1900) exalta o trabalho produtivo e condena a especulação imobiliária. *Conhecimento do Movimento das Estrelas* (c. 1733) documenta observações astronômicas utilizadas para prever padrões de chuva, inundações e doenças. Veja Muhammad ibn Abd al-Karim al-Maghili, *As'ilat. Askiyah wa-Ajwibat al-Maghili* [Tratado sobre Política de Maghili], exibido na Biblioteca do Congresso, “Manuscritos Antigos das Bibliotecas do Deserto de Tombuctu” (<https://www.loc.gov/exhibits/mali/mali-exhibit.html>); Anônimo, *Kitab al-Barakah fi Fadl al-Hiraf wa-al-Zar* [O livro que descreve os méritos abençoados do artesanato e da agricultura], Biblioteca Comemorativa Mamma Haidara, Tombuctu; Nasir al-Din Abu al-Abbas Ahmad ibn al-Hajj al-Amin al-Tawathi al-Ghalawi, *Kashf al-Ghummah fi Nafa al-Ummah* [As estrelas importantes entre a multidão dos céus], copiado em 1733, Biblioteca Comemorativa Mamma Haidara, Timbuktu.

e bambara e pescadores bozo). Esse sistema era supervisionado por uma hierarquia de autoridades, incluindo chefes pastoris conhecidos como *joɔwros*, que coordenavam a entrada sazonal de gado, mantinham corredores de pastoreio e mediavam conflitos de recursos com base nos padrões de inundação observados (Benjaminsen & Ba, 2021).

Esses manuscritos e sistemas de governança mostram que a gestão de recursos e do meio ambiente no Mali era inseparável da legitimidade política, da obrigação social e do trabalho produtivo, em vez de ser tratada como um problema técnico de segurança. O estresse ambiental era entendido como fracasso político quando os governantes não protegiam os meios de subsistência. O que hoje é descrito como “conflito climático” é, na verdade, o resultado da destruição sistemática da capacidade estatal necessária para administrar os sistemas regulatórios — primeiro pelo colonialismo francês, depois pela formação do Estado neocolonial e, hoje, intensificada pelas mudanças climáticas antropogênicas que operam dentro de estruturas de desenvolvimento estagnado.

O colonialismo francês desmantelou a capacidade regulatória das instituições existentes, preservando, ao mesmo tempo, suas funções extrativistas. No Mali, a legislação fundiária estatutária retirou o reconhecimento legal dos chefes pastoris, embora continuasse a utilizá-los para controlar o acesso às terras pastoris e cobrar taxas, criando uma situação de dupla ilegitimidade, uma vez que perderam tanto a autoridade consuetudinária quanto a legal. Ao reconhecer apenas títulos de propriedade individuais, a legislação fundiária colonial subordinou os direitos consuetudinários e pastoris de uso

da terra, privilegiando a agricultura sedentária e tornando o pastoralismo nômade juridicamente precário.

O primeiro presidente do Mali, Modibo Keita (1960-1968), desafiou essa herança. Inspirado pelo socialismo do Terceiro Mundo, seu governo retirou-se da Comunidade Francesa,⁸ abandonou o sistema monetário apoiado pela França, conhecido como zona do franco CFA, nacionalizou indústrias-chave e buscou o desenvolvimento liderado pelo Estado. Visava, assim, restaurar a autoridade pública sobre a terra e os recursos em um contexto de crescente variabilidade ambiental, incluindo esforços para restringir o poder político das elites pastoris intermediárias. Isso incluiu a rejeição de projetos apoiados pela França para externalizar o controle de recursos nas regiões desérticas do Mali — principalmente a *Organisation Commune des Régions Sahariennes* [Organização Conjunta das Regiões do Saara], um projeto francês do final do período colonial que buscava manter o controle sobre o território e os recursos do Saara além das fronteiras coloniais, fomentando divisões entre grupos étnicos.

O governo militar de Moussa Traoré (1968-1991), que depôs Keita em um golpe de Estado em 1968, reverteu essas medidas e restaurou o papel privilegiado das empresas e do setor financeiro francês no comércio, na área bancária e nas licitações públicas na década de 1980. Essa restauração do privilégio comercial francês revelou a função do regime de Traoré dentro do sistema da Françafrique (uma matriz informal de mecanismos políticos e econômicos franceses

8 A Comunidade Francesa foi um quadro constitucional de curta duração criado pela França em 1958, durante o processo de descolonização.

de controle em suas antigas colônias africanas). Assim como ocorreu com outros líderes nacionalistas radicais na África francófona, o desafio de Keïta ao controle neocolonial foi abruptamente interrompido.

Sob o governo de Traoré, os chefes pastoris foram gradualmente reabilitados, mas dentro de estruturas legais e administrativas que haviam perdido sua função de coordenação justamente quando a variabilidade ambiental se intensificou. Os códigos fundiários reconheciam apenas títulos de propriedade individuais, reduzindo os direitos consuetudinários a direitos de uso frágeis e transformando os chefes pastoris de gestores de recursos em agentes de extração de renda. À medida que as chuvas se tornaram cada vez mais irregulares após as secas do final da década de 1960 até a década de 1980 e a “recuperação” parcial na década de 1990, que se estabilizou em 1999, o acesso a corredores de pastoreio e pastagens de várzea tornou-se mais disputado, permitindo que os políticos redefinissem a entrada de gado como uma fonte de receita. Embora os chefes pastoris permanecessem responsáveis pela gestão desses corredores, eles não tinham autoridade legal sobre eles e tornaram-se dependentes de funcionários do governo local que controlavam o acesso e extraíam rendas. O aumento das taxas de acesso às pastagens de várzea, impulsionado pela necessidade de financiar subornos a funcionários locais, onerou desproporcionalmente os pastores de terras secas. Ao contrário dos agropecuaristas, eles não tinham terras agrícolas para recorrer, e seus rebanhos dependiam do acesso sazonal aos pastos aluviais do delta. Enquanto isso, agências estatais como o Escritório de Desenvolvimento do Arroz de Mopti (Office Riz Mopti Rice) confiscaram pastagens ricas em nutrientes sem fornecer compensação

significativa pela perda do acesso ao pasto. Às comunidades pastoris que nominalmente serviam, os tribunais emitiam decisões deliberadamente ambíguas em meio a subornos generalizados, perpetuando conflitos para garantir a extração contínua. Embora as instituições de governança pastoril formalmente permanecessem, sua capacidade de coordenar terra, água e mobilidade sob crescente pressão climática foi sistematicamente desmantelada (Benjaminsen & Ba, 2021).

Os programas de ajustamento estrutural (PAE) foram implementados a partir de 1988 e aprofundados ao longo da década de 1990. A crise foi agravada pelo desmantelamento da capacidade do Estado de regular a terra, a água e a mobilidade, precisamente quando a variabilidade das chuvas se intensificou. As condicionalidades do Banco Mundial e do FMI reduziram o número de funcionários de extensão rural e veterinária, eliminaram os subsídios aos insumos (com aumentos acentuados nos preços dos fertilizantes), privatizaram a manutenção dos pontos de água e impuseram uma desvalorização cambial de 50% em 1994, levando ao colapso da infraestrutura rural e à imposição de uma comercialização voltada para a exportação (Banco Mundial, 1996; FMI, 1998; Inter-réseaux, 2020). Com o desaparecimento da capacidade de mediação, a competição pela terra se intensificou e a mobilidade pastoral foi criminalizada, gerando uma extração contínua de rendas das economias pastoris. Os pastores fulani de classe baixa foram sistematicamente desapropriados, enquanto funcionários do Estado e elites pastoris acumulavam riquezas. A governança pastoral foi convertida em um mecanismo de extração. As mudanças climáticas intensificaram essas condições, reduzindo as pastagens disponíveis, aumentando a importância do controle de acesso e forçando migrações mais longas

para territórios desconhecidos, onde a extração predatória era mais facilmente imposta (Benjaminsen & Ba, 2019).

Com o afastamento do Estado de suas funções de governança, grupos armados — atuando não como movimentos de libertação, mas como atores que exploravam o vácuo deixado pelo colapso institucional — passaram a abordar as queixas materiais que nenhuma autoridade política se dispunha a enfrentar. Entre 2015 e 2018, a Katiba Macina (Frente de Libertação de Macina) — um grupo jihadista armado formado em 2015, cuja base era composta principalmente por pastores fulani marginalizados e que, a partir de 2017, operava sob a égide do Jama'at Nusrat ul- Islam wa al-Muslimin (Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos, JNIM), afiliado à Al-Qaeda — aboliu todas as taxas de pastoreio. Essas taxas eram impostas pelos chefes pastoris para obter acesso a pastagens aluviais ricas em nutrientes e consumiam uma parcela substancial da renda em dinheiro dos pastores (Benjaminsen, 2024). A abolição das taxas eliminou uma importante fonte de extração de renda, aliviando o fardo financeiro e melhorando o acesso às pastagens para os pastores de terras áridas. Para as famílias mais pobres, isso significou ajuda material imediata — muitas vezes a diferença entre a viabilidade e o desapossamento (Benjaminsen & Ba, 2019).

Nesse contexto, a divisão de classes dentro das comunidades fulani e dogon moldou os padrões de mobilização armada. Entre os fulani, chefes pastoris ricos e proprietários de gado se opunham aos pastores pobres das terras áridas. As comunidades agrícolas dogon eram igualmente estratificadas entre proprietários de terras vinculados a programas estatais e agricultores com pouca terra que enfrentavam

insegurança alimentar. As políticas estatais instrumentalizaram essas divisões de classe. No Escritório de Arroz de Mopti, as mudanças nos corredores pastoris e no acesso ao pasto favoreceram os fazendeiros ricos, muitas vezes sem uma compensação significativa para os pastores. Com a retirada das forças estatais das áreas rurais após 2015, as autoridades do país delegaram a segurança local às milícias de caçadores dozo (fraternidades tradicionais reaproveitadas como grupos armados), fornecendo-lhes treinamento, armas e apoio financeiro. A mais estruturada delas, a Dan Na Ambassagou, recrutava principalmente jovens dogon pobres, cuja desapropriação foi canalizada para a hostilidade étnica contra as comunidades fulani, em vez de contra as elites que desapropriavam ambas. As consequências foram devastadoras: no massacre de Ogossagou, em março de 2019, combatentes da Dan Na Ambassagou mataram aproximadamente 160 civis fulani — uma atrocidade que forçou a renúncia do primeiro-ministro, mas não resultou em responsabilização duradoura (Nsaibia, 2025).

Embora o estresse climático não tenha criado essa divisão de classes, ele multiplicou seus efeitos: chuvas irregulares e pastagens degradadas tornaram o acesso oportuno ao delta ainda mais crucial, transformando taxas de exploração em barreiras existenciais. Foi essa intensificação da extração preexistente, e não a escassez em si, que levou os pastores à resistência armada.

Apesar de impor códigos sociais coercitivos — incluindo restrições à circulação de mulheres e violência contra dissidentes —, a Katiba Macina conseguiu resolver disputas de terras, regular o acesso ao pasto e exigir indenização por danos às plantações, exercendo

funções de governança que o Estado neocolonial havia abandonado. O impacto econômico concreto da abolição das taxas ajuda a explicar por que os pastores de terras áridas apoiaram a Katiba Macina e, posteriormente, o JNIM de forma mais ampla, já que este atendia a reivindicações que nenhuma outra força política enfrentava. Depois que a Katiba Macina restabeleceu taxas menores em 2018, sob pressão dos *jourros* (governadores tradicionais), muitos pastores de terras áridas transferiram sua lealdade para o Dawlat *al-Islamiyah* (Estado Islâmico no Grande Saara, ISGS), uma nova facção alinhada ao Estado Islâmico formada no final de 2019, cujo apelo pela coletivização da terra e pelo fim dos pagamentos pelo acesso ao pasto atraiu diretamente os fulanis de classe baixa (Benjaminsen & Ba, 2019).

A cisão entre o JNIM e o ISGS não se baseava em doutrina religiosa ou estratégias de adaptação climática — tratava-se da possibilidade de as elites fulani continuarem a extrair rendas dos pastores pobres. O apelo do ISGS pela coletivização da terra desafiou diretamente o poder de classe dos chefes pastoris, atraindo o apoio dos fulani de classe baixa que enfrentavam tanto o estresse ambiental quanto a exploração sistemática de classe. O estresse climático amplificou essas dinâmicas, tornando o acesso aos recursos mais crítico, mas a luta em si era uma disputa sobre quem definiria as regras de mobilidade, acesso a pastagens e compensação no delta. A narrativa de “conflito étnico” patrocinada pelo Estado serviu para obscurecer essas dinâmicas de classe. Ao apresentar a violência como um antagonismo primordial entre fulani e dogon, ela impede a solidariedade entre os agricultores e pastores pobres que sofrem com a exploração pelas mãos da elite e justifica as operações militares como uma forma de “contraterrorismo”.

Nesse contexto, a Aliança dos Estados do Sahel (AES) — formada em setembro de 2023 por Mali, Burkina Faso e Níger e formalizada como confederação em julho de 2024 — representa uma tentativa de romper com a dependência neocolonial e retomar o controle dos recursos, abrindo espaço para uma adaptação climática abrangente. Os documentos de planejamento do Mali — que incluem a *Estratégia Nacional para Emergência e Desenvolvimento Sustentável, 2024-2033* e o *Mali Kura jetaasira ka ben san 2063 ma* (Um Novo Mali: Uma Visão para 2063) — enquadram explicitamente a soberania como um pré-requisito para a restauração ambiental e promovem políticas como o investimento público em infraestrutura pastoril e de irrigação, a restauração de corredores de pastagem e a priorização da soberania alimentar em detrimento da agricultura voltada para a exportação.

No entanto, a AES enfrenta desafios profundos, como dívidas herdadas, capacidade industrial limitada, conflitos armados em curso e a pressão francesa e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao). A dependência do Mali em relação a investidores estrangeiros levanta questões cruciais sobre se a AES será capaz de alcançar uma soberania genuína ou se cederá aos interesses do imperialismo francês. Não obstante, esta aliança ecoa o reconhecimento de Keïta de que as crises ambientais não podem ser enfrentadas sem confrontar o imperialismo.



Uma das conquistas da Associação de Mulheres Watinoma foi a instalação de um poço e de um reservatório de 15 m³ abastecido por painéis solares, garantindo acesso à água mesmo durante a estação seca.

Sudão

Darfur, do árabe *Dār Fūr*, significa “terra natal do povo Fur”. No entanto, hoje, a palavra frequentemente evoca uma sensação de crises naturais persistentes. Rotulado como “o primeiro conflito climático do mundo” por organizações humanitárias, funcionários da ONU e analistas de política externa, essa designação apaga tanto quanto explica (Kamen, 2021). Quando o ex-secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, declarou em 2007 que “o conflito de Darfur começou como uma crise ecológica, decorrente, pelo menos em parte, das mudanças climáticas”, ele realizou um truque de mágica familiar: reconheceu o estresse ambiental enquanto deixava de lado sistematicamente a economia política que transformou a seca em genocídio. A narrativa (Ki-moon, 2007) segue de maneira previsível: à medida que o Deserto do Saara avança um quilômetro e meio por ano e as chuvas diminuem entre 15% e 30%, pastores árabes e agricultores negros africanos competem por recursos cada vez mais escassos e antigos ódios étnicos se reacendem. O clima se torna o principal fator; a questão de classe desaparece por completo.

A violência que irrompeu em Darfur em 2003 e posteriormente se espalhou para Kordofan e o Nilo Azul não foi um surto repentino de conflito étnico, nem uma combustão espontânea da escassez. Foi precipitada por uma convergência estrutural na qual a aceleração das mudanças climáticas se cruzou com uma economia política forjada por uma reestruturação neoliberal de longo prazo e pela predação estatal. O conflito é, em essência, uma guerra de classes ecológica. O Estado desmantelou sistematicamente os meios de subsistência tradicionais, privatizou os recursos comunitários e criou uma população

despossuída dependente de uma economia militarizada — todos fatores que amplificaram a precariedade ambiental. O resultado é mais do que uma crise humanitária; é a reestruturação violenta da sociedade para a acumulação de capital.

A deterioração física do meio ambiente no Sudão é aguda, com 40% dos anos registrados (entre 1943 e 2017) no sul de Darfur classificados como anos de seca, acompanhado do avanço da desertificação em direção ao sul (Pnuma, 2007; Atiem *et al.*, 2022). Isso não é uma “escassez” neutra: é uma consequência geograficamente desigual da ordem econômica global, que externalizou seus custos ecológicos para a periferia. No Sudão, a aceleração do aquecimento antropogênico atua como um amplificador brutal das vulnerabilidades existentes.

O estresse ecológico só se torna uma catástrofe quando encontra um sistema político que prioriza o lucro em detrimento das pessoas. No Sudão, a virada crucial ocorreu com o golpe de 1989 e a reestruturação neoliberal sob o governo de Omar al-Bashir, imposta pelos Programas de Ajuste Estrutural (PAE) do FMI e do Banco Mundial, que determinaram a remoção dos subsídios agrícolas, a privatização de terras comunitárias e o desmantelamento dos serviços de apoio estatal (Bush, 2007). Essa retirada estratégica do Estado destruiu o contrato social no Sudão rural. O regime de Bashir instrumentalizou ativamente essa nova ecologia política, transformando a terra de um recurso comunitário em moeda de troca para as elites alinhadas ao regime, que mecanizaram a agricultura, bloquearam os corredores pastoris e desapropriaram os agricultores (Waal, 2005). Para suprimir a agitação resultante, o Estado terceirizou a violência

para milícias pastoris — os *Janja'wid* [demônios a cavalo] — dando-lhes carta branca para confiscar gado, colheitas e terras (Instituto Tricontinental, 2025). Nesse processo, os bens foram transferidos violentamente de mãos comunitárias para mãos privadas, criando uma nova classe de acumuladores militarizados.

A corrida do ouro do século XXI, impulsionada pelos mercados globais, adicionou uma lógica extrativista frenética a esse sistema. Milícias, notadamente as Forças de Apoio Rápido (RSF), evoluíram para empresas capitalistas que controlavam minas e rotas de contrabando (Craze, 2025). O deslocamento populacional provocado pelas mudanças climáticas criou uma reserva de mão de obra desesperada e abriu novos territórios para a captura de recursos, monetizando efetivamente o deslocamento humano e ecológico (Romankiewicz & Doevenspeck, 2015).

A narrativa “árabe *versus* africano negro” é uma poderosa ferramenta política que é ativamente cultivada e instrumentalizada pelo regime para conter um crescente conflito de classes. Essa estratégia etnicizou o que era fundamentalmente uma crise sobre os meios de produção — sobretudo terras férteis e água — em um contexto de escassez artificial. Também impediu a formação de uma frente unificada dos despossuídos e permitiu que grupos armados recrutassem membros com base em identidades fragmentadas, capitalizando-se sobre a angústia de um povo cuja esperança de uma vida digna foi aniquilada.

O caminho para a radicalização segue um claro circuito de desapropriação. Jovens, separados de seus meios de subsistência agrários ou

pastoris por choques ecológicos e econômicos combinados, veem sua força de trabalho mercantilizada em sua forma mais brutal: como combatentes armados. As RSF, portanto, não são meramente uma milícia; elas operam como uma organização governamental que oferece salários, resolução de conflitos e proteção em zonas onde o Estado oferece apenas negligência ou violência. Unir-se a elas torna-se uma estratégia racional de sobrevivência em uma economia em colapso, transformando o estresse ecológico em mão de obra militar (Verhoeven, 2011).

Nesse contexto, os atores internacionais são componentes integrais do sistema que molda e explora a crise — e não salvadores externos. Entre esses atores estão:

- Os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita financiaram as Forças de Apoio Rápido (RSF) como uma força mercenária para ter acesso ao ouro do Sudão. Isso representa uma nova modalidade imperial, na qual o capital do Golfo utiliza a acumulação militarizada para garantir recursos e projetar poder (Kebede, 2025).
- A União Europeia, cujo financiamento, canalizado por meio do Processo de Cartum para agências estatais sudanesas de controle de fronteiras, efetivamente forneceu recursos e legitimou forças — incluindo unidades ligadas às RSF — encarregadas de conter a migração. Essa política militarizou diretamente a resposta às populações deslocadas pelas mudanças climáticas, tratando as vítimas dessa

crise político-ecológica como uma ameaça à segurança (Andersson, 2014).

- As instituições financeiras ocidentais, que criaram as condições para o colapso do Estado e a vulnerabilidade social — por meio de dívidas e Programas de Ajuste Estrutural (PAE) —, tornaram o Sudão um terreno fértil para as ondas subsequentes de crise (Kadri, 2016).

A revolução sudanesa de 2019 e os comitês de resistência persistentes — órgãos de nível comunitário que coordenaram a revolta e continuam a organizar a governança civil em meio à guerra — representam um profundo desafio a toda essa estrutura (Salih, 2021). Suas demandas por democracia, justiça e paz são tanto anti-imperialistas quanto ecológicas, visto que um projeto progressista e soberano no Sudão exigiria o desmantelamento da economia de guerra, a renacionalização e a democratização do controle sobre a terra e a riqueza mineral, e o lançamento de uma restauração agroecológica massiva para reconstruir a resiliência comunitária. Isso confrontaria diretamente os interesses da elite militarizada local e de seus apoiadores internacionais — interesses que ambos os atores domésticos na guerra atual (as Forças Armadas Sudanesas e as RSF) buscam proteger. Esta guerra é, tragicamente, uma batalha entre facções rivais dessa elite pelos despojos do sistema, garantindo que as massas permaneçam presas na ecologia da desapropriação. Uma verdadeira resolução não será alcançada por um cessar-fogo entre generais que representam essa elite, mas por uma transformação revolucionária das relações político-ecológicas que definem a vida sudanesa.

Conclusão

Em todo o Sahel, as condições de vida são definidas pelo deserto há muito tempo. Artistas como o Tinariwen, uma banda tuaregue considerada pioneira do “blues do deserto”, cantaram sobre exílio, desapropriação e sede no norte do Mali. A canção “Tenere” é um exemplo disso. Maloulat [O deserto branco] descreve uma condição familiar à maioria na região: “perdido na noite, minha sede, meu desejo por água me acordou”. Longe de ser uma metáfora ou uma mera constatação da realidade, essa canção denuncia as condições políticas vividas pelo povo do Sahel. Quando cantam sobre a água negada, sobre a terra perdida, sobre a vida marginalizada, expressam o que este dossiê argumenta: a catástrofe climática no Sahel não é vivenciada como uma mudança ambiental abstrata, mas como a intensificação de uma economia política já violenta. A seca, o calor e as chuvas irregulares tornam-se catastróficos onde o imperialismo, a reestruturação neoliberal e a predação estatal desmantelaram as proteções coletivas e transformaram a terra, a água e o trabalho em locais de extração. A sede, no Sahel, é criada pelo capitalismo.

O que está em jogo é uma luta pela soberania, pelo poder de classe e pela própria organização social da natureza. Qualquer caminho a ser seguido deve, portanto, romper com a securitização climática e, em vez disso, priorizar a soberania alimentar, o controle democrático sobre a terra e a água e a reconstrução de instituições públicas e comunitárias capazes de gerir a variabilidade ambiental. O futuro do Sahel não será assegurado por muros de fronteira, bases militares ou mercados, mas sim pelo confronto com as estruturas capitalistas

e imperialistas que convertem o estresse climático em desapropriação e guerra. Nesse sentido, a luta que se desenrola no Sahel não é periférica à luta global contra o capitalismo — é uma de suas linhas de frente mais cruéis.





Entre as práticas agroecológicas da associação está o uso de um biopesticida feito com folhas de nim, gengibre pilado, alho e pimenta, cuja acidez e amargor afastam insetos reduzindo os danos na plantação.

Referências:

Adkins, Jess; Baker, Linda; deMenocal, Peter; Guilderson, Tom; Ortiz, Joseph; Sarnthein, Michael; Yarusinsky, Martha. "Abrupt Onset and Termination of the African Humid Period: Rapid Climate Responses to Gradual Insolation Forcing", *Quaternary Science Reviews* 19, n. 1-5, 2000, p. 347-361.

Ancey, V.; Corniaux, C.; Duteurtre, G.; Ickowicz, A.; Pocard-Chapuis, R.; Touré, I.; Vall, E.; Wane, A. "Crop-Livestock Production Systems in the Sahel – Increasing Resilience for Adaptation to Climate Change and Preserving Food Security". In: Meybeck, A.; Lankoski, J.; Redfern, S.; Azzu, N.; Gitz, V. (org.) *Building Resilience for Adaptation to Climate Change in the Agriculture Sector*. Rome: Food and Agriculture Organisation of the United Nations, 2012.

Andersson, Ruben. *Illegality, Inc.: Clandestine Migration and the Business of Bordering Europe*. Berkeley: University of California Press, 2014.

Anyamba, Assaf; Britch, Seth C.; Crutchfield, James; Linthicum, Kenneth J.; Pak, Edwin W.; Reynolds, Curt A.; Small, Jennifer L.; Tucker, Compton J. 'Recent Weather Extremes and Impacts on Agricultural Production in Africa', *PLoS One*, 9, n. 3, 2014.

Atiem, Ibrahim A. *et al.* "Assessment of Seasonal Rainfall Drought Indices, Nyala City, Sudan", *Agriculture* 12, n. 7, 2022.

Awazi, Nyong Princely. *Building Resilience. Climate Change and Livelihoods in the Global South*. Londres: Palgrave Macmillan, 2025.

Ban Ki-moon. "A Climate Culprit in Darfur", *The Washington Post*, 16 jun. 2007.

Banco Mundial. *Mali: Emergency Recovery Credit*, 1996.

Behnke, Roy; Mortimore, Michael (eds.). *The End of Desertification? Disputing Environmental Change in the Drylands*. Heidelberg: Springer, 2016.

Benjaminsen, Tor A.; Ba, Boubacar. "Fulani-Dogon Killings in Mali: Farmer-Herder Conflicts as Insurgency and Counterinsurgency", *African Security* 14, n. 1, 2021.

Benjaminsen, Tor A.; Ba, Boubacar. "Why Do Pastoralists in Mali Join Jihadist Groups? A Political Ecological Explanation", *Journal of Peasant Studies* 46, n. 1, 2019, p. 1-20.

Benjaminsen, Tor A. 'Pastoralism, Moral Economies of Resistance and Jihadism'. In: *Climate Security and Climate Justice: Recognising Context in the Sahel*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024, p. 41-69.

Benjaminsen, Tor. 'Does Climate Change Lead to Conflicts in the Sahel?'. In: Behnke, Roy; Mortimore, Michael (eds.) *The End of Desertification? Disputing Environmental Change in the Drylands*. Heidelberg: Springer, 2016.

Biasutti, Michela. 'Rainfall Trends in the African Sahel: Characteristics, Processes, and Causes', *WIREs Climate Change*, 2019.

Brovkin, Victor; Claussen, Martin; Ganapolski, Andrey; Kubatzki, Claudia; Petoukhov, Vladimir. "Climate Change in Northern Africa: The Past is Not the Future", *Climate Change* 57, mar. 2003.

Buhaug, Halvard; von Uexkull, Nina. "Vicious Circles: Violence, Vulnerability, and Climate Change", *Annual Review of Environment and Resources*, v. 46, 2021, p. 545-568.

Bush, Ray. *Poverty and Neoliberalism: Persistence and Reproduction in the Global South*. Londres: Pluto Press, 2007.

Caminade, Cyril *et al.* "Impact of Climate Change on Global Malaria Distribution", PNAS 111, n. 9, 2014.

Carney, Judith. "Converting the Wetlands, Engendering the Environment: The Intersection of Gender with Agrarian Change in the Gambia", *Economic Geography* 69, n. 4, 1993.

Cattaneo, Cristina; Massetti, Emanuele. "Migration and Climate Change in Rural Africa", *FEEM Working Paper* n. 29, 2015.

Chen, Tiexi *et al.* "The Greening and Wetting of the Sahel Have Levelled Off Since About 1999 in Relation to SST", *Remote Sensing* 12, n. 17, 2020.

Claussen, Martin *et al.* "Climate Change in Northern Africa: The Past is Not the Future", *Climate Change* 57, mar. 2003.

Collins, James A. *et al.* "Rapid Termination of the African Humid Period Triggered by Northern High-Latitude Cooling", *Nature Communications* 8, n. 1372, 2017.

Conte, Bruno. "Climate Change and Migration: The Case of Africa", *BSE Working Paper* n. 1411, out. 2023.

Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Understanding and Addressing Climate-Related Security Risks*, 2018.

Cools, Sara; Kotsadam, Andreas. 'Resources and Intimate Partner Violence in Sub-Saharan Africa', *World Development* 95, 2017.

Craze, Joshua. 'Black Gold, Liquid Metal: The Political Economy of Gold in Sudan', *Noria Research*, 21 jul. 2025.

Davenport, Frank *et al.* "Child Health Outcomes in Sub-Saharan Africa: A Comparison of Changes in Climate and Socio-Economic Factors", *Global Environmental Change* 46, 2017.

Doblas-Reyes, Francisco J.; Sörensson, Anna A. *et al.* "Chapter 10: Linking Global to Regional Climate Change". In: Behnke, Roy; Mortimore, Michael; Masson-Delmotte, Valérie *et al.* (org.). *Climate Change 2021: The Physical Science Basis*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

Eboreime, Ejemai *et al.* “From Drought to Displacement: Assessing the Impacts of Climate Change on Conflict and Forced Migration in West Africa’s Sahel Region”, *The Journal of Climate Change and Health* 23 (maio-jun. 2025).

Foley, Jonathan A. *et al.* “Regime Shifts in the Sahara and Sahel”, *Ecosystems* 6, n. 6, set. 2003, p. 524-532.

Gangeron, Fabrice *et al.* “Persistence and Success of the Sahel Desertification Narrative”, *Regional Environmental Change* 22, n. 118, 2022, p. 1-11.

Grace, Kathryn *et al.* “Examining Rural Sahelian Out-Migration”, *World Development* 109, 2018, p. 187-196.

Grace, Kathryn *et al.* “Linking Climate Change and Health Outcomes”, *Global Environmental Change* 35, 2015.

Henderson, Vernon; Storeygard, Adam; Deichmann, Uwe. “Has Climate Change Driven Urbanisation in Africa?”, *Journal of Development Economics*, n. 124 (2015).

Hulme, Mike. “Climatic Perspectives on Sahelian Desiccation, 1973-1998”, *Global Environmental Change* 11, n. 1, 2001.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social/Assembleia Internacional dos Povos. “O Sudão precisa de uma paz imediata”. *Alerta Vermelho* n. 21, 2025.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. *Vida ou dívida: o limiar estrangulador do neocolonialismo e a busca por alternativas na África*, dossiê n. 63, 2023.

Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Regional Fact Sheet – Africa 2021.

International Fund for Agricultural Development (IFAD). Sahel, West and Central Africa, 22 mar. 2024.

Kadri, Ali. *The Unmaking of Arab Socialism*. London: Anthem Press, 2016.

Kamen, Sydney. “The World’s First Climate Change Conflict Continues”, *Think Global Health*, 10 dez. 2021.

Kebede, Alazar. “The Mercenary Economy: How War Became a Business”, *Capital*, 5 out. 2025.

Lézine, Anne-Marie *et al.* “Sahara and Sahel Vulnerability to Climate Changes”, *Quaternary Science Reviews* 30, 2011.

Mafeje, Archie. “The Ideology of “Tribalism””, *The Journal of Modern Asian Studies* 9, n. 2, ago. 1971.

Mamdani, Mahmood. *Saviors and Survivors*. New York: Pantheon, 2009.

Mortimore, Michael. "Adapting to Drought in the Sahel", *WIREs Climatic Change* 1, n. 1, 2010.

Nébié, Elisabeth Kago Ilboudo *et al.* "Why Livelihoods Matter in the Gendering of Household Water Insecurity", *Weather, Climate, and Society* 16, n. 1, 2024.

Nsaibia, Héli. "From Hunters to Militias", *ACLEDA*, 2025.

Nyong'o, Peter Anyang'; Karugu, Caroline. "Tribe and Tribalism in Kenya's Politics", *CODESRIA Bulletin*, n. 5, abr. 2023.

Park, Jong-Yeon; Bader, Jürgen; Matei, Daniela. "Anthropogenic Mediterranean Warming Essential Driver for Present and Future Sahel Rainfall", *Nature Climate Change* 6, n. 10, 2016, p. 941–945.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). *Livelihood Security*, 2011.

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). *Sudan: Post-Conflict Environmental Assessment*, 2007.

Ritchie, Hannah. 'Sub-Saharan Africa Emits a Tiny Fraction of the World's CO2', *Energy for Growth Hub*, 2023/2025.

Romankiewicz, Charlotte; Doevenspeck, Martin. "Climate and Mobility in the West African Sahel". *Grounding Global Climate Change*, 2015.

Saley, Inoussa; Salack, Seyni; Bliefernicht, Jan. 'Observed Data of Extreme Rainfall Events over the West African Sahel', *Data in Brief* 20, 2018, p. 1274-1278.

Saley, Inoussa; Salack, Seyni. 'Present and Future of Heavy Rain Events in the Sahel and West Africa', *Atmosphere* 14, n. 6, 2023.

Salih, M. A. Mohamed. *Sudanese Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

Shivji, Issa. *Class Struggles in Tanzania*. Johannesburg: Inkani Books, 2025 (50th anniversary edition).

Spinage, Clive. 'The Changing Climate of Africa. Part II: West Africa and the Sahel', *African Ecology*, 2012.

Sultan, Benjamin; Gaetani, Marco. "Agriculture in West Africa in the Twenty-first Century", *Frontiers in Plant Science* 7, 2016.

Verhoeven, Harry. 'Climate Change, Conflict and Development in Sudan', *Development and Change* 42, n. 3, 2011, p. 679-707.

Waal, Alex. *Famine That Kills: Darfur, Sudan*. Oxford: Oxford University Press, 2005.



Atribuição-NãoComercial 4.0
Internacional (CC BY-NC 4.0)

Esta publicação está sob uma licença Creative Commons Attribution-Non-Commercial 4.0 International (CC BY-NC 4.0). O resumo legível da licença está disponível em <https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>.



Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
*é uma instituição internacional, organizada por
movimentos, com foco em estimular o debate intelectual
para o serviço das aspirações do povo.*

www.otricontinental.org

Instituto Tricontinental de Investigación Social
*es una institución promovida por los movimientos,
dedicada a estimular el debate intelectual al servicio de
las aspiraciones del pueblo.*

www.eltricontinental.org

Tricontinental: Institute for Social Research
*is an international, movement-driven institution
focused on stimulating intellectual debate that serves
people's aspirations.*

www.thetricontinental.org